


Dos monumentos da barbárie aos monumentos da libertação: Aspectos da disputa de memória na cidade

From monuments of barbarism to monuments of liberation: aspects of memory disputes in the city


Pablo Pamplona*

pablopamplona@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0009-0257-2858>

Diego Plácido**

diego_placido@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6827-103X>

Luis Galeão***

luisgaleao@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4259-3564>

RESUMO: As disputas de memória são demarcadas a todo momento nos conflitos da cidade e participam de uma antiga luta contra o colonialismo. Neste ensaio, recuperamos dois casos em São Paulo de estátuas situadas nessas disputas: o Borba Gato e o touro dourado da B3. O conceito de “monumento da barbárie” nos ajuda a compreender como as injustiças sociais se acumulam e se naturalizam na cidade. Propomos uma ampliação do conceito para compreender outros elementos da cidade. Em oposição à barbárie, introduzimos o conceito de “monumento da libertação” para descrever as obras e conquistas das lutas populares, ainda que seu reconhecimento enquanto tal seja também posta em disputa. Em forma de apontamentos

*Mestre e doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Pesquisador visitante do *Heidelberg Center for Ibero-American Studies* na Universidade de Heidelberg, Alemanha, com bolsa Capes-DAAD. Membro do Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias e do laboratório de Psicologia Social Crítica: Lutas Sociais, Memórias, Território

**Mestre e doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2020/2022). Membro do Núcleo de Estudos para prevenção da AIDS (NEPAIS) e do laboratório de Psicologia Social Crítica: Lutas Sociais, Memórias, Territórios, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

***Professor de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Participa dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social (IPUSP) e Programa de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Entidades Jurídicas (FFLCH - USP) e do Centro para o Estudo da Diversidade, Intolerância e Conflitos da USP (Diversitas). Doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Organizador do laboratório de Psicologia Social Crítica: Lutas Sociais, Memórias, Territórios. Atua em lutas por Direitos Humanos e associações periféricas em São Paulo, como o Fórum em Defesa da Vida.



Pablo Pamplona | Diego Plácido | Luis Galeão. Dos monumentos da barbárie aos monumentos da libertação.

Rev. *Calíandra*, Goiânia, V. 4, n.1, jan./jul. 2024, p. 89-106.

Esta obra está sob licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional.

Recebido em: 09 de novembro de 2023. Aceito em: 16 de junho de 2024.



conclusivos, argumentamos que o fazer científico pode contribuir tanto na desnaturalização das formas de injustiça que se reproduzem na cidade, quanto no reconhecimento do papel das lutas sociais na construção da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Movimentos sociais, Monumento, Monumentos da barbárie, Cidade.

ABSTRACT: Memory disputes are demarcated at all times in the city's conflicts and are part of an ancient struggle against colonialism. In this essay, we revisit two cases in São Paulo of statues located in these disputes: Borba Gato and the B3 golden bull. The concept of “monument of barbarism” helps us understand how social injustices accumulate and become naturalized in the city. We propose expanding the concept to include other elements of the city. In opposition to barbarism, we introduce the concept of “monument of liberation” to describe the works and achievements of popular struggles, even though their recognition as such are also disputed. In the form of concluding notes, we argue that scientific work can contribute both to the denaturalization of the forms of injustice that are reproduced in the city and to the recognition of the role of social struggles in the construction of the city.

KEYWORDS: memory, social movements, monuments, monuments of barbarism, city.

Introdução

As disputas de memória são demarcadas a todo momento nos conflitos da cidade e participam de uma antiga luta contra o colonialismo. A exclusão, refletida nas formas de se fazer cultura, arte, história e a própria cidade, delimita espacialmente o lugar de pertença de pobres e ricos, colonizados e colonizadores. A organização e mobilização popular mostra uma diversidade de formas de enfrentamento à exclusão, ao mesmo tempo que deixa também seus reflexos na cultura, na arte, na história e na cidade.

Neste ensaio, recuperamos dois casos em São Paulo de estátuas confrontadas pelos movimentos sociais por representar o colonialismo e o neoliberalismo: a do bandeirante Borba Gato e o “touro dourado” da Bolsa de Valores (B3). O conceito de “monumento da barbárie”, desenvolvido a partir da obra de Walter Benjamin, nos ajuda a compreender como, no decorrer histórico dessas estruturas de poder e exclusão, as injustiças sociais – e as memórias que temos delas – são naturalizadas na cidade. A partir dessa discussão, propomos uma ampliação do conceito para compreender outros elementos que se acumulam na paisagem da cidade.

Em oposição à barbárie, introduzimos o conceito de “monumento da libertação” para representar as obras que foram conquistadas ou construídas pelas lutas populares. Apesar de serem muito visíveis e estarem presentes em toda a cidade, esses “monumentos” não são reconhecidos como tal e ocupam a cidade de forma subterrânea. Para ilustrar o conceito, apresentamos o caso do Hospital M’boi Mirim, uma obra conquistada por lutas da Zona Sul de São Paulo e que também está situada em um campo de disputas de memória.

O que apresentamos são apenas reflexões iniciais, na forma de um ensaio de elaboração conceitual, a partir de discussões do laboratório de Psicologia Social Crítica no

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Em forma de apontamentos conclusivos, argumentamos que o fazer científico pode, pela reconstrução das memórias da cidade, contribuir tanto na desnaturalização das formas de injustiça que se reproduzem na cidade, quanto no reconhecimento do papel das lutas sociais na construção da cidade. Dessa forma, pode também intervir nas disputas de memória e fazer emergir os cacos que foram deixados para trás.

Touro dourado e Borba Gato, símbolos notáveis da injustiça

Em 16 de novembro de 2021, por iniciativa de um empresário e um artista, foi instalado um touro dourado na frente da B3, o prédio da Bolsa de Valores em São Paulo. O touro é um símbolo da “alta” do mercado financeiro, isto é, de quando o mercado está aquecido e favorável para o lucro, em oposição ao urso, que é o símbolo da baixa do mercado. A estátua do touro na B3 é também uma referência direta ao “charging bull”, estátua localizada na Wall Street, centro financeiro dos Estados Unidos.

Diversos movimentos sociais e pessoas de destaque no debate político brasileiro expressaram sua revolta contra a instalação dessa estátua. Nos dois dias seguintes à sua inauguração, ela sofreu duas intervenções. A primeira foi realizada pelo movimento negro Raiz da Liberdade junto ao coletivo de juventude Fogo no Pavio, que colaram no touro um cartaz com a palavra “fome” impressa em letras garrafais (Hailer, 2021). No dia seguinte, o coletivo de juventude Juntos! aplicou stencils no touro com os dizeres “taxar os ricos” (Foto 1) (Granado, 2021).



Foto 1 - Intervenção do coletivo Juntos! no touro dourado da B3. (Autoria da foto: Juntos!)

Na semana seguinte, o touro continuava recebendo críticas e era alvo de diversas sátiras, como a visita do Boça, um personagem cômico do grupo Hermes e Renato que satiriza a figura do paulistano orgulhoso de São Paulo (Longo, 2021). No mesmo dia dessa sátira, dia 23 de novembro, a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) da Prefeitura de São Paulo determinou a remoção da estátua. Alegou-se que esta não seria uma obra de arte, mas sim uma peça publicitária vedada, portanto, pela Lei Cidade Limpa (São Paulo, 2021), já que trazia consigo uma placa com código QR que direcionava às redes sociais da B3, do artista e do empresário Pablo Spyers, que idealizou a instalação da estátua, além de conter as palavras “vai, tourinho”, um bordão utilizado pelo próprio Spyers em suas redes.

A justificativa da CPPU para a retirada teve votação apertada, de 5 contra 4, e opera como uma resposta indireta e conveniente às críticas dos movimentos sociais. O touro dourado não foi criticado por ser uma propaganda, mas sim por ser uma afronta à realidade. Ele representa o mercado financeiro em alta e é um símbolo estabelecido nos Estados Unidos – um símbolo, nesse sentido, que celebra a vitória do neoliberalismo sobre o mundo. Mais que isso, ele é instalado no meio de uma grave crise econômica, aprofundada pela crise sanitária da pandemia de Covid-19, em uma região (o bairro da Sé) com centenas de pessoas em situação de rua. O touro dourado do mercado financeiro contrasta com a realidade cinza de quem vive pelas ruas da cidade.

No dia 09 de dezembro, duas semanas depois da retirada do touro, a artista Márcia Pinheiro instalou no mesmo local um contramonumento, a estátua de uma vaca magra (Foto 2). Como sugere o jornalista e colunista Leonardo Sakamoto:

Nada contra importar boas ideias, mas o símbolo de um mercado pujante não é o que melhor representa o atual momento do país. Hoje, o nosso retrato é o da fome e da carestia. Por isso, a vaca magra, concebida pela artista plástica Márcia Pinheiro, não é o que gostaríamos de ser, mas aquilo que deixamos que nos transformassem. (2021, online).



Foto 2 - “Vaca magra”, obra de Márcia Pinheiro. (Fonte: site da autora)

O debate sobre o touro evidencia uma disputa por territórios que se dá também no campo do simbólico. Longe de se fechar em si mesma, ela ocorre em um contexto de crescente preocupação sobre os símbolos que compõem a cidade. As manifestações do Black Lives Matter, que cresceram principalmente depois do assassinato de George Floyd, renovaram esse debate quando começaram a remover, pela iniciativa dos manifestantes, estátuas que diziam respeito ao passado racista e escravagista do país (Bracelli, 2020). Essa prática se estendeu para outros países da Europa e da América Latina, como na remoção da estátua de Cristóvão Colombo em Barranquilla, na Colômbia, e a queima da estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo, ambas em julho de 2021 (Foto 3).



Foto 3 - Estátua do Borba Gato incendiada. (Autoria da foto desconhecida)

O ativista Paulo Galo, um dos responsáveis pela queima da estátua do Borba Gato, questionou: “quando você ouviu dizer na Globo que tem uma estátua de 13m que homenageia um torturador, estuprador, senhor de escravos? Não se vê. A gente conseguiu fazer esse debate ir para todos os lugares” (entrevista em Nunes, 2021). Trata-se de uma luta por reconhecimento que reivindica uma leitura específica da história e dos sujeitos que nela habitam. Ela carrega, no seu centro, um debate sobre a legitimidade dos monumentos postos no espaço público da cidade. Nessa luta, “o eu busca o nós da vida comum em grupo, porque, mesmo depois de amadurecido, ele ainda depende de formas de reconhecimento social que possuam o denso caráter da motivação direta e da confirmação” (Honneth, 2013, p. 77). Através da reconfiguração da cidade, no levantamento ou rebaixamento desses monumentos, encontra-se também a necessidade de confirmação de seu lugar no mundo.

Essa luta por reconhecimento e pela memória é também uma luta por território. Erguer um monumento a Borba Gato em Santo Amaro não faz com que a região passe a ser uma propriedade dos herdeiros dos bandeirantes (ainda que se possa argumentar que ela de fato é), mas significa destacar que, naquele território, aquela força continua presente. Como destacou em uma aula pública o professor Vladimir Safatle, “essa estátua não celebra uma pessoa. Não é o senhor Borba Gato o verdadeiro ‘objeto’ da estátua. O verdadeiro objeto da estátua é a arma do senhor Borba Gato, que tem quase o tamanho da própria pessoa. Porque é bom a gente se perguntar: afinal de contas, essa arma foi usada contra quem?” (TV TAMUYA, 2021). A resposta é simples: foi usada contra os povos indígenas e africanos que se opuseram ao projeto colonialista dos europeus. Essa arma simboliza e legitima o mesmo genocídio contra esses povos, perpetuado até os dias atuais.

O cortejo triunfal das estátuas às memórias de aço e concreto

Da mesma forma que estátuas como a do Borba Gato ou o Monumento às Bandeiras reforçam um imaginário colonialista, a estátua do touro na B3 reforça um imaginário neoliberal. Enquanto aquelas valorizam figuras e eventos que dizem respeito a um passado escravagista, o touro é um representante da força do mercado financeiro, o mesmo responsável pela precarização do trabalho e pela intensificação da desigualdade econômica. Nos dois casos, nos termos de Walter Benjamin, o que observamos na defesa desses monumentos é uma “empatia com o vencedor” (1987, p. 225). Os colonialistas e os neoliberais são representados como os “justos” pelo próprio lugar que ocupam na história. O historiador Victor Cousin escreve ainda em 1828:

Normalmente, só se vê no sucesso o triunfo da força, e uma espécie de simpatia sentimental nos leva em direção ao vencido; espero ter demonstrado que, uma vez que é preciso haver sempre um vencido, e que o vencedor é sempre quem deve sê-lo, é preciso provar que o vencedor não só serve à civilização, mas é melhor, mais moral, e que, por isso, é o vencedor. (Cousin citado em Löwy, 2005, p. 72).

Dessa ótica, a reivindicação de um lugar na história aos oprimidos seria apenas uma “simpatia sentimental”. A história não apenas pertenceria aos vencedores, como pertenceria de maneira “justa”, uma vez que os vencedores só teriam vencido porque são “melhores”. Seguindo uma lógica muito criticada por Benjamin, a história se apresentaria como uma flecha que caminha de forma linear em direção ao progresso. Longe de ser antiquada, a perspectiva de Cousin é a mesma que, até os dias de hoje, forma as bases para a ideologia da meritocracia. Se tudo que interessa saber sobre os vencedores é que eles são merecedores de sua vitória, resta pouco espaço de discussão para questionar, afinal, em que direção essa vitória nos levou.

Uma perspectiva materialista e crítica sobre a história segue na contramão dessa ideia; isto é, ela visa retirar o véu de “naturalidade” atribuído à atualidade. Mais do que apontar os defeitos de obras como o Borba Gato e o touro dourado, a crítica deve questionar o que, antes de qualquer coisa, permitiu que a presença desses monumentos, símbolos da violência, fosse tida como natural.

Na sétima de suas teses sobre o conceito de história, Benjamin ilustra o processo de transmissão da cultura como um grande “cortejo triunfal” no qual os vencedores expõem seus “bens culturais”. O materialista histórico é aquele que contempla esse cortejo com horror e com distanciamento, porque sabe que todos esses bens culturais provêm da barbárie. Vale a pena citar este bem conhecido trecho:

Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. Os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo. Geralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural. Eles poderão contar, no materialista histórico, com um observador distanciado, pois o que ele pode abarcar desse patrimônio cultural provém, na sua globalidade, de uma tradição em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela deve a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos. Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. (Benjamin, 2019, p. 12-13).

O que Benjamin chama de “documento de barbárie” – algumas vezes traduzido como monumentos da barbárie – diz respeito a toda forma de manifestação da cultura civilizatória. Como Le Goff (1990) já explicava, o estudo dos monumentos (origem no latim, *monumentum*: “sinal do passado”) é imbricado ao estudo dos documentos, sendo ambos objetos materiais de

estudo da história e da memória coletiva. Muitas vezes um documento histórico vem a ser considerado um monumento; o que os diferencia é a atribuição de um status “elevado” desde um lugar de poder (Le Goff, 1990). As imagens do Borba Gato e do touro dourado da B3 são exemplos notáveis de monumentos da barbárie. Suas presenças no território legitimam as injustiças do colonialismo e do neoliberalismo, uma vez que a história por trás de cada um deles é carregada de mortes (do genocídio indígena aos mais de 700 mil mortos pela pandemia de Covid-19) e de exploração (da escravidão à uberização do trabalho). No entanto, embora estes sejam dois exemplos notáveis, eles não esgotam o sentido do que são os “despojos” desse cortejo.

O conceito de monumento ultrapassa as obras criadas com o propósito de ser um monumento. Segundo Alois Riegl: “Por monumento, no sentido mais antigo e primal, entende-se uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter façanhas ou destinos individuais (ou um conjunto destes) sempre vivos e presentes na consciência das gerações vindouras” (1987, p. 23, trad. nossa), mas a maioria dos monumentos não são criados com esse fim. Há que se considerar também os monumentos “não intencionados”, isto é, aqueles que “só pretendiam satisfazer certas necessidades práticas ou ideais próprias, de seus contemporâneos ou, quando muito, de seus sucessores mais imediatos (...) Pois o caráter e significado dos monumentos não corresponde a essas obras em virtude de seu destino originário, mas somos nós, sujeitos modernos, que lhes atribuímos” (Riegl, 1987, p. 29, trad. nossa). Um castelo em ruínas torna-se monumento não pela intenção de quem o ergueu ou derrubou – a própria ideia de autoria se desfaz nesses contextos –, mas pela sua significação histórica. Significação esta que não é simplesmente um processo interpretativo ou cognitivo, mas sobretudo político: ela é construída sempre em um campo de disputa de significados.

Os monumentos apontam tanto para o passado quanto para o futuro, como forma de testemunho para as próximas gerações. No caso dos monumentos intencionados, essa relação entre passado e futuro vem desde a sua autoria; no caso dos monumentos não intencionados, vem desde o valor comemorativo atribuído por nós. E todo monumento tem ainda uma “dimensão complicada do presente”, pois, “ainda que a finalidade dos monumentos [intencionados] seja perdurar, o certo é que eles também perecem, como o homem (...) as cidades se vão reformando, se destróem, os monumentos caem em ruínas” (Rabe, 2011, p. 145, trad. nossa). É nessa dimensão do presente que emergem também as disputas pelo seu valor

rememorativo. Até quando os monumentos são derrubados, a sua queda também carrega a finalidade de transmitir uma mensagem sobre o passado.

O cortejo descrito por Benjamin carrega consigo todos os bens culturais da sociedade de forma análoga à “catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína”, observada pelo anjo da história na sua famosa tese 9 (2019, p. 14). Trata-se nos dois casos de compreender os elementos mais comuns da vida moderna sob uma ótica tanto materialista quanto teológica (Löwy, 2005), ou, para recorrer a um termo caro à literatura latino-americana, compreender esses elementos também na sua dimensão mágica. Nesse sentido, sob o olhar do materialismo histórico sugerido por Benjamin, uma metrópole como São Paulo – as ruas e avenidas construídas em prol dos carros e em detrimento das pessoas (Foto 4); os rios convertidos em esgoto; os prédios luxuosos ao lado das favelas (Foto 5); a arquitetura hostil contra pobres e pessoas em situação de rua; os grandes conglomerados de casas das pessoas forçadas a viver nas margens – essa cidade se apresenta, pelo menos de forma “não intencionada”, como uma saturação de monumentos da barbárie (Fotos 4 e 5).



Foto 4 - Avenida Paulista, centro financeiro de São Paulo. (Autoria: Antônio Milena)

Foto 5 - Favela de Paraisópolis ao lado de condomínios de luxo do Morumbi. (Autoria: Rivaldo Gomes)

Os monumentos “não intencionados” são reconhecidos enquanto monumentos porque têm esse valor atribuído pela sociedade. Quanto mais a sociedade reconhece, em uma obra, uma memória que deve ser transmitida às novas gerações, mais próxima aquela obra está dessa atribuição. É fácil reconhecer o valor rememorativo de um castelo ou de uma muralha. Mas se a arquitetura de uma Avenida Paulista ou de um condomínio de luxo do Morumbi, para ficar em exemplos da cidade de São Paulo, têm esse valor menos reconhecível, não é por faltar intenção ou “qualidade” estética, e sim por lhes faltar o valor rememorativo sobre como a Avenida ou a Favela foram formadas. A diferença entre uma muralha e um muro, ou entre um castelo feudal e um condomínio de luxo, está sobretudo no valor que lhes é atribuído.

A ampliação do conceito de monumento da barbárie nos ajuda a compreender o lugar da memória na naturalização e legitimação da injustiça na cidade. Tanto as estátuas do Borba Gato e do touro dourado quanto a arquitetura que os rodeia fazem parte do mesmo cortejo. Se as estátuas têm mais destaque, não significa que os outros despojos sejam menos importantes, pois são esses elementos do cotidiano que tornam a injustiça e a exclusão um dado comum e naturalizado. Eles compõem a “paisagem mnemônica” de uma cidade que aceita a glorificação da violência, na forma da arma do Borba Gato, como um dado inquestionável. A força, a presença e o impacto que uma grade ou um muro têm sobre a cidade, e sobre a forma como as pessoas se relacionam com a cidade, podem tornar essas obras verdadeiros monumentos “não intencionados” da barbárie – e o que lhes resta para isso é apenas o trabalho de memória e transmissão. A pesquisa crítica é aquela que questiona: como e por que foi instalado, neste território, esse muro e essas grades?

A academia não está sozinha nesse questionamento; ao contrário, o que ela pode fazer é se aproximar de questões que já são levantadas por uma diversidade de agentes. Os significados dos elementos comuns da cidade também são postos em disputa por coletivos, movimentos sociais e pessoas que a ocupam e transformam. Os prédios sempre foram alvo de grafites e pixos, que em São Paulo ganharam uma estética e uma dinâmica próprias para a transformação da paisagem. Os vários traços de arquitetura hostil a pobres e pessoas em situação de rua também têm sido cada vez mais denunciados, a exemplo da militância do Padre Júlio Lancellotti. E nem o asfalto fica fora dessa disputa; há anos, o Coletivo Mapa Xilográfico realiza uma série de oficinas, intervenções, cortejos (mais recentemente, o bloco de carnaval Bloco Fluvial do Peixe Seco) e recolhe testemunhos de pessoas idosas para lembrar que, embaixo das ruas de São Paulo, estão enterrados diversos rios.

Mas essas intervenções ainda não esgotam as formas como as lutas sociais intervêm na paisagem da cidade. Por isso, a partir da ampliação do conceito de monumento da barbárie, queremos introduzir o conceito de monumento da libertação.

Dos monumentos da barbárie aos monumentos da libertação

As pichações, queimas, derrubadas e outras formas de intervenção sobre os monumentos são conhecidas como parte do repertório de ações dos movimentos sociais e têm cumprido um papel decisivo no debate público. Mencionamos acima também outras formas de intervenção sobre elementos mais comuns da cidade, como os prédios e as ruas. Como observamos, tanto os monumentos da barbárie que foram construídos com a intenção de serem

monumentos, quanto as obras que podem ter seu valor monumental atribuído pela sociedade (os monumentos não intencionados da barbárie) são alvos de intervenções. Mas isso ainda não esgota as formas como as lutas sociais incidem sobre as disputas de memória da cidade.

A formação da cidade não é um processo unilateral determinado pelos seus “donos”, ao qual as classes oprimidas responderiam apenas de forma reativa. Quando estudamos as lutas que emergiram nas periferias brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo aquelas mobilizadas em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), descobrimos diversos movimentos sociais que lutaram por moradia, creches, escolas, postos de saúde, linhas de ônibus, água potável, pavimentação das ruas, entre outras demandas. As conquistas desses movimentos sociais deixaram marcas na formação dos seus bairros e cidades. Descobrimos assim “que andar pelas ruas” dos territórios onde essas lutas foram mobilizadas “é andar sobre as conquistas do povo organizado” (Pamplona, 2020, p. 17). Por isso propomos que, em oposição aos monumentos da barbárie, podem emergir o que introduzimos aqui como *monumentos da libertação*.

Libertação, mais do que um conceito que inspirou linhas de pensamento crítico – de forma mais notável a Teologia da Libertação –, refere-se a uma longa tradição latino-americana de lutas e movimentos populares. Essa noção perpassa a pedagogia libertadora de Paulo Freire e os incontáveis movimentos mobilizados em torno das CEBs, e ainda hoje inspira movimentos territoriais de base, dos Sem Terra aos Zapatistas. São processos que não visam a liberdade apenas como um objetivo final, situada em um futuro idealizado, mas sim como um processo ativo que só pode ser realizado pela comunhão ativa, na realidade material e imediata do povo. É nessa realidade material e imediata que se encontram os monumentos da libertação, e é nela que precisam ser descobertos.

Monumento, longe de ser utilizado aqui no sentido tradicional como uma estátua com uma placa de identificação, é uma construção marcada por uma memória viva. Monumentos da libertação são obras conquistadas ou construídas pelo povo organizado que têm forte valor funcional, que são construídas para cumprir necessidades de cuidado e redistribuição, mas que, atualizadas no seu valor rememorativo, dão testemunho sobre o seu passado de vitória para as futuras gerações de lutas sociais.

Enquanto os dominadores erguem monumentos que eternizam e justificam suas práticas passadas e atuais de exploração e extermínio, as classes oprimidas lutam por direitos básicos como transporte público e moradia. Muitas dessas lutas, quando vitoriosas, fundam

obras que marcam sua presença no território. São obras muito visíveis e muito presentes, mas raramente reconhecidas como fruto da luta, porque suas memórias são sistematicamente fragmentadas em cacos. Quando suas memórias são transmitidas, o cortejo dos vencedores não se depara apenas com a revolta dos “vencidos”, mas também com um cortejo de conquistas que percorre a direção oposta.



Foto 6 - Hospital M'boi Mirim, Zona Sul de São Paulo. (Autoria da foto desconhecida)

O Hospital M'boi Mirim (Foto 6), para pegar um exemplo mais “notável”, foi por muitos anos uma demanda dos movimentos sociais dos distritos Jardim Ângela e Jardim São Luiz, na periferia da Zona Sul de São Paulo. Em particular, ele é resultado direto da realização de um Tribunal Popular em abril de 2002 pelo Fórum em Defesa da Vida, uma organização que se mobiliza desde 1996 e que foi formada a partir da articulação entre lideranças católicas e CEBs (Crowe et al., 2016). O Tribunal Popular foi um ato público de reivindicação montado na forma de um tribunal, que “julgou” o Estado culpado pela violência e pelo alto número de mortes na região. Contou com a participação de um juiz, de advogados e, no banco de réus, os representantes do Estado: foram convidados os secretários de Segurança e de Saúde da cidade e do estado (Silva, 2017, p. 106). Lembra Padre Jaime Crowe, a principal liderança do Fórum: “no final, que foi muito bem participada, tinha mais de quinhentas pessoas (...) E a gente tinha que reconhecer que os resultados foram rápidos, como foi em abril... fim de abril que foi o tribunal, em junho foi declarado, o terreno onde está o Hospital M'boi Mirim, foi declarado o

terreno utilidade pública para a construção do hospital, em vias de desapropriação” (entrevista em Silva, 2017, p. 106).

O hospital é uma necessidade básica e essa obra não é suficiente para atender a quantidade de pessoas que vivem naquele território: uma população de mais de 700 mil. Ainda assim, é uma conquista de lutas que se organizaram e constrangeram o poder público para que tomasse medidas de proteção da população. A realização do Tribunal Popular e a larga adesão da população no evento (com mais de 500 pessoas) só foram possíveis graças à continuidade de um trabalho que vem, pelo menos, desde as CEBs da década de 1960 e 1970 (Pamplona, 2020). Trata-se de um processo de mobilização popular que atravessa gerações e que, com acúmulo de experiências e enraizamento na base, tornou possível o cumprimento dessa demanda.

Como dizíamos, no entanto, todo monumento tem uma “dimensão complicada do presente” (Rabe, 2011, p. 145). É importante destacar que o significado dessas obras também compõe as disputas de memória da cidade, pois contra a força da libertação há sempre uma força de cooptação que visa apagar suas memórias de lutas. No caso do Hospital M’boi Mirim, isso se evidencia já no ato de inauguração com a fala do deputado estadual Barros Munhoz, líder da bancada aliada ao então prefeito Gilberto Kassab: “Esse hospital é um sonho antigo da Zona Sul que, graças à sensibilidade do governo do Estado e do município, se torna realidade” (ALESP, 2008). Dessa perspectiva, a luta e a mobilização são traduzidas como um simples “sonho”, isto é, algo imaterial, do campo das ideias, enquanto o que torna essa obra realidade passa a ser a “sensibilidade” do governo.

O valor monumental dessas obras é subterrâneo, submerso, não por uma característica essencial, mas sim porque ele é sistematicamente apagado e só pode emergir à superfície quando tais obras são acompanhadas pelas memórias de suas lutas. É pelo trabalho de transmissão que elas recuperam seu *locus* na história, o seu sentido original, e podem ser reconhecidas como verdadeiros monumentos. Da pavimentação das ruas e das mais simples Unidades Básicas de Saúde, até grandes obras como hospitais e universidades públicas, eles se acumulam na paisagem e contam histórias sobre a cidade e as pessoas que nela vivem. De simples construções espalhadas pela cidade, passam a servir à legitimidade das lutas sociais. Assim, quando crescem em seu valor pela memória, elas crescem o passado e o presente em reciprocidade. A historiografia e os estudos da memória social, sob uma perspectiva crítica, podem contribuir para a sua reconstrução.

Restos da história e o trabalho de pesquisa

O trabalho do historiador e do poeta se assemelha ao trabalho do catador de lixo que sai à noite pelas ruas, pois aquilo que sobra nas ruas, o lixo, diz muito sobre aquela sociedade (Gagnebin, 2006). São as coisas deixadas para trás, esquecidas, que realmente dizem quem são aquelas pessoas que vivem, viveram e construíram aquelas ruas.

Como analisa Ecléa Bosi, a história é tida como “uma sucessão unilinear de lutas de classes ou tomada de poder por diferentes forças” (2003, p. 13). A forma tradicional de narrativa segue uma lógica alheia à realidade concreta da vida. A história contada é tida como oficial e retilínea, preenchida por pontos que demarcam inícios, meios e fins. Aparam-se as arestas e ela é deixada mais “compreensível” ou, pelo menos, tem a pretensão de fazê-la. Nesse processo uma diversidade de acontecimentos são deixados para trás por abrirem brechas e contradições na narrativa, e nesse processo também as pessoas e suas histórias são silenciadas. As arestas que são reduzidas e polidas versam, por vezes, as atrocidades que os processos coloniais e mais tarde o sistema capitalista impõem na sociedade moderna. Elas denunciam a violência e o extermínio de populações inteiras que tiveram suas histórias apagadas quase por completo e impostas ao esquecimento.

O esquecimento se dá, portanto, como um processo político, a fim de que o véu da sociedade não se rasgue e evitando as revoltas das classes espoliadas (Ansara, 2008). Por vezes, trata-se da impossibilidade de se acessar um passado violento com o qual os indivíduos têm dificuldade de se relacionar, tornando-se fugidios de forma a evitar o sofrimento. A elaboração desse passado só se dará quando for concretamente possível a esses indivíduos a possibilidade de acessá-lo, a fim de evitar, assim, a sua repetição (Adorno, 1995).

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (Pollak, 1989 p. 6).

São esses verdadeiros vácuos, que se formam na história e nas relações entre os sujeitos, que importam à pesquisa crítica. Por esse motivo que, assim como um catador que coleta os cacos da sociedade enquanto a cidade dorme, é importante que a Teoria Crítica recolha os cacos e preencha os vácuos deixados pela história. Neles se encontram os eixos de ligação e a possibilidade de questionar a narrativa heroica dos “vencedores”, de reconstruir a história e desnaturalizar as diversas formas de injustiça e violência que são perpetuadas na cidade. Ao

elaborar e ampliar novas leituras sobre a cidade, a academia pode contribuir para retirar o véu de tudo aquilo que é considerado natural, mostrando seu caráter histórico e político.

Galeão-Silva (2017) explicita duas frentes importantes de como as dominações agem de maneira heterogênea nos indivíduos, determinadas pelo grau de elaboração do sofrimento social: as formulações patológicas e as críticas. As formulações patológicas vão da regressão e introjeção dos aspectos excludentes, que geram sofrimento psíquico aos sujeitos racializados e negados à existência de seus modos de vida e produção de saberes. A formulação crítica, por outro lado, parte da resistência, que visa saídas criativas deste sistema-mundo com a formação de grupos sociais que lutam por direitos negados.

A negação desses sujeitos enquanto indivíduos potentes, capazes de produzir suas próprias vidas e a dinâmica da cidade, e de desfrutar o papel de sujeito histórico, é negar a sua existência e desvincular a sua história da história tida como oficial. Por isso, é importante também que as maiorias populares deixem de ser lidas em seu lugar de eternas vítimas, e que suas intervenções sobre a realidade deixem de ser lidas apenas como reações às injustiças. Pois emerge delas também a sua agência, seus processos de mobilização e suas vitórias.

Assim, cabe também à universidade, sob uma perspectiva ética e de transformação da realidade, o fortalecimento de movimentos que lutam pela descolonização dos saberes e dos corpos. Trata-se de desenvolver métodos de pesquisa e epistemologias que não coloquem suas lutas em lugar de mero objeto de pesquisa. No lugar de colaborar na expropriação das memórias como um objeto de curiosidade acadêmica, a pesquisa participa nas relações de poder e de disputa, tanto simbólicas quanto materiais, no espaço público da cidade. A Teoria Crítica em geral, e as teorias de Walter Benjamin em particular, há décadas nos ajudam a elaborar e compreender a dimensão do problema que envolve os povos latino-americanos. Ela pode também oferecer ferramentas de análise que ajudem a encarar e responder esse problema à altura.

Considerações finais

No programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo temos organizado o laboratório de Psicologia Social Crítica em torno de três temas principais: lutas sociais, memórias e territórios. Reforçamos a importância de cada um desses temas. Só falar que um prédio, um muro, um posto de saúde ou um hospital carrega uma memória já é estabelecer uma linha de pensamento crítico. As reflexões sugeridas neste trabalho caminham no sentido de

articulação entre esses três temas: reconhecer como as diversas obras de uma cidade compõem um território, carregam uma memória e têm seus significados disputados pelas lutas sociais.

A compreensão de como o sistema capitalista moderno lida com a relação entre memória e território vai muito além dos propósitos deste ensaio. Os apontamentos apresentados não se encerram nele, mas abrem-se a novas discussões. Em um espaço de disputas como São Paulo, que apresenta diferentes monumentos da barbárie como as estátuas de bandeirantes e colonizadores, que obras os movimentos sociais podem reivindicar como representantes de suas lutas?

A narrativa oficial é fácil de ser transmitida porque apresenta uma história limpa, retilínea, que segue de um ponto para o outro. Ela se encerra em si mesma, enquanto as narrativas que se opõem a ela podem compreender aberturas, contradições e uma compreensão complexa de como as coisas chegaram a ser o que são. Compreender quem foi Borba Gato de fato, por sua ótica, passa por entender o processo de colonização e extermínio dos povos. Para os vencedores, a história do Borba Gato se basta em si mesma e não guarda nenhuma complexidade, bastando apresentá-lo como um indivíduo que conquistou glórias no passado e que, por isso, merece uma estátua no presente.

A memória contada através dos monumentos vem sendo posta em questão. No contexto dessa disputa, visamos destacar que a cidade não legitima e naturaliza as relações de dominação apenas através desses monumentos, mas também pela saturação dos elementos mais comuns e banais da cidade. O olhar atento a esses elementos permite abrir a leitura de tantas outras histórias de contestação, espalhadas como cacos pela cidade, que esperam ser recuperadas. O conceito de monumento da libertação proposto neste ensaio pode contribuir na visibilidade das diversas formas como os movimentos sociais incidem sobre as relações da cidade. O trabalho do pesquisador, como um “catador” daquilo que virou sobra, abre espaço para a reconstrução de uma memória da cidade enraizada na experiência das classes oprimidas.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. “O que significa elaborar o passado”. In: ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALESP, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Inauguração do Hospital de M^oBoi Mirim*. Alesp, 08 de abr. de 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=289416>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Rev. Psicol. Polit.*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, jun. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7918707>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRACELLI, P. *Black Lives Matter, what statues have been removed and why*. Lifegate, 01 jul. 2020. Disponível em: <https://www.lifegate.com/black-lives-matter-statues>. Acesso em: 27 jan. 2025.

CROWE, J.; MARIA, L.; SIMÕES, C.; TAVANTI, R. Fórum em defesa da vida: 20 anos de resistência pela vida dos/as jovens que vivem nas periferias da Zona Sul de São Paulo. *Estação de Pesquisa M'boi - Working Papers*, n. 09. São Paulo: FGV/EAESP, 2016.

DIMENSTEIN, G. *Índices sociais e educacionais do Jardim Ângela*. Folha Online, 18 de ago. de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd180806b.htm>. Acesso em: 27 jan. 2025.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRANADO, L. F. *Touro de Ouro da B3 é alvo de manifestante pela segunda vez: "Taxar os ricos"*. iG Economia, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-11-18/touro-de-ouro-bolsa-de-valores-b3-taxar-os-ricos.html>. Acesso em: 27 jan. 2025.

HAILER, M. *Fome: Touro da B3 é "homenageado" por movimentos sociais*. Revista Fórum, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/fome-touro-b3-homenageado/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

JÚNIO, J. *Após derrubada de veto, Lei Padre Júlio Lancelotti é publicada no Diário Oficial*. Agência Câmara Notícias, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/931184-APOS-DERRUBADA-DE-VETO,-LEI-PADRE-JULIO-LANCELOTTI-E-PUBLICADA-NO-DIARIO-OFICIAL>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LONGO, I. *Boça, de Hermes e Renato, tira sarro com touro da B3*. Revista Fórum, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/popnoticias/boca-de-hermes-e-renato-tira-sarro-com-touro-da-b3-milionario-morando-com-a-vo-veja-video/>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LÖWY, M. *Walter Benjamin, Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NUNES, C. *'Abrimos o debate sobre monumentos que homenageiam racistas', diz Paulo Galo após a soltura*. Alma Preta, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/abrimos-o-debate-sobre-monumentos-que-homenageiam-racistas-diz-paulo-galo-apos-a-soltura>. Acesso em: 27 jan. 2025.

PAMPLONA, P. *De casa em casa: afetos e mobilização popular na memória de Comunidades Eclesiais de Base*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-28052020-184218/pt-br.php>. Acesso: 27 jan. 2025.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

RABE, A. M. Huellas de la ciudad. Reflexiones sobre la relación entre ciudad, monumento y fotografía a partir de Walter Benjamin. *ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura*, v. 187, n. 747, enero-febrero 2011, p. 143-168. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1289>. Acesso: 27 jan. 2025.

RIEGL, A. *El culto moderno a los monumentos: caracteres y origen*. Madrid: Visor, 1987.

SAKAMOTO, L. *A Vaca Magra é o real símbolo do Brasil sob Bolsonaro, não o Touro de Ouro*. Coluna do Sakamoto, 09 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/12/09/a-vaca-magra-e-o-real-simbolo-do-brasil-sob-bolsonaro-nao-o-touro-de-ouro.htm>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SÃO PAULO, Prefeitura. *CPPU determina a remoção da intervenção urbana Touro de Ouro na região central da cidade*. Secretaria Estadual de Comunicação, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/cppu-determina-a-remocao-da-intervencao-urbana-touro-de-ouro-na-regiao-central-da-cidade>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SILVA, W. P. *Dualidade de poder: o Tribunal Popular e a luta por direitos humanos no Jardim Ângela*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/30980>. Acesso em: 27 jan. 2025.

STEVENS, Q.; FRANCK, K.; FAZAKERLEY, R. Counter-monuments: the anti-monumental and the dialogic. *The Journal of Architecture*, v. 23, n. 5, p. 718-739, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13602365.2018.1495914>. Acesso: 27 jan. 2025.

TV TAMUYA. *Aula pública - quem foi Borba Gato?*. TV Tamuya, 2021. Disponível em: <https://youtu.be/IJAevSR4nbI>. Acesso em: 27 jan. 2025.